

Congresso reabre hoje e quer discutir a crise

Da sucursal de
BRASÍLIA

Hoje à tarde prestarão juramento de obedecer a Constituição 478 dos 479 deputados eleitos e reeleitos, e 25 senadores com mandato de oito anos, dos quais apenas três foram reeleitos — Luiz Vianna (PDS-BA), Itamar Franco (PMDB-MG) e Roberto Saturnino (PDT-RJ) — os únicos remanescentes da safra de 74. Dos deputados eleitos, Alvaro Valle (PDS-RJ) tomará posse somente em junho, pois renunciou ao mandato anterior para cumprir compromisso profissional no Itamaraty.

Depois da posse, hoje, e da eleição das Mesas da Câmara e do Senado, amanhã, o Congresso só voltará a funcionar dia 1º de março. O primeiro grande tema previsto é o da reforma salarial. O PMDB, contando com o apoio do PDT, do PT e do PTB, pretende concentrar toda a luta parlamentar na situação sócio-econômica, com ênfase na recessão, o aumento do desemprego e a queda dos salários.

Algumas CPIs serão solicitadas pelo PMDB, entre as quais as que pretendem investigar a situação do BNH e da "Delfin"; o comportamento da dívida externa e os privilégios das multinacionais; o empréstimo no FMI e a situação do sistema bancário nacional. Outra questão que será levantada, certamente com o apoio de todos os partidos, será o da reforma tributária.

O PMDB, por sua vez, deverá continuar com suas antigas bandeiras de luta — a convocação da Assembleia Nacional Constituinte ("livre, popular e soberana") e eleições presidenciais diretas.

Foi a maior renovação na Câmara — quase 60% (mais 250 novos deputados). Muitos estão retornando após períodos de afastamento por motivos diversos — cassações, exercício de outros mandatos eletivos, ou por derrotas em pleitos anteriores. Dos deputados punidos na primeira fase revolucionária — 1964 — estão de volta apenas quatro deles (José Aparecido, de Minas, Paulo Mincaroni, do Rio Grande do Sul, Moisés Pimentel, do Ceará, e Fernando Santana, da Bahia). Há, ainda, o ex-governador Miguel Arraes, de Pernambuco, também punido em 1964, eleito pelo PMDB pernambucano. Outro ex-governador que sofreu punição em 64, Seixas Dória, ficou na primeira suplência do PMDB de Sergipe.

Diversos parlamentares punidos após a crise institucional de 13 de dezembro de 1968 — o AI-5 — estão de volta ao Parlamento, entre os quais Mário Covas (SP), Cid Carvalho (MA), Floriceno Paixão (RS), Amaury Muller (RS), Alencar Furtado (PR), Bocaíuva Cunha (RJ), José Colagrossi (RJ), Oswaldo Lima Filho (PE), Milton Reis (MG) e Ivete Vargas (SP).

Dos veteranos políticos que retornam à atividade parlamentar destaca-se João Agripino — ex-deputado, ex-senador, ex-governador e ex-ministro do Tribunal de Contas, que integrou a UDN, a Arena, o PP, tendo sido eleito deputado pelo PMDB da Paraíba. Outros ex-governadores arenistas são Sinval Guazzelli, eleito deputado federal pelo PMDB gaúcho, e Rondon Pacheco e Ozanan Coelho, ambos do PDS mineiro.

Ao lado dos ex-parlamentares que estão de volta surgem novas figuras na Câmara, quase todas polêmicas ao seu estilo — Mário Juruna, cacique xavante do PDT fluminense; Paulo Salim Maluf, ex-governador do PDS de São Paulo; Agualdo Timóteo, cantor popular do PDT fluminense; Moacir Franco, apresentador de TV e cantor, do PTB paulista; major Curió, ex-integrante das forças antiguerilhas na região do Araguaia; e José Genóino Neto, ex-guerrilheiro no Araguaia.

O deputado Enéas Faria (PMDB-PR) trocará a Câmara pelo Senado em março. Ele é suplente de José Richa, governador eleito do Paraná. Vai renunciar dando vaga ao primeiro suplente de sua bancada.

Dos novos senadores merecem registro os ex-ministros Roberto Campos (PDS-MT) e Severo Gomes (PMDB-SP), além dos ex-governadores Marco Maciel (PDS-PE), Virgílio Tavora (PDS-CE), João Castelo (PDS-MA), Jorge Bornhausen (PDS-SC). Dos punidos pela revolução estarão no Senado Mauro Borges (PMDB-GO), ex-governador de Goiás, Mário Maia (PMDB-AC), ex-deputado federal, e José Inácio (PMDB-ES), ex-deputado estadual.

ALIANÇAS

No Senado, a superioridade numérica do PDS — 46 senadores, dois terços da Casa — dará tranquilidade ao Palácio do Planalto. O quadro será diferente na Câmara. Ou um pouco diferente. O PDS não tem mais a maioria absoluta que tanto ajudou a Arena a seguir as ordens do Planalto. A oposição, se agir unida, com 244 dos 479 deputados, será majoritária. Daí os esforços dos líderes do PMDB, apoiados pelo PT, de formar o "bloco parlamentar oposicionista".

Em contrapartida, os líderes do PDS continuarão agindo para evitar a união dos partidos de oposição. Com 235 deputados, o PDS precisaria de mais cinco para conseguir a maioria absoluta na Câmara — metade mais um. Se não evitar a formação do "bloco oposicionista", a maioria absoluta ficará com a oposição.

Por isso mesmo, o novo líder do governo, deputado Nelson Marchezan, apoiado diretamente pelo presidente do PDS, José Sarney, lutou e conseguiu incluir na Mesa Diretora da Câmara, em cargos efetivos, representantes do PDT de Leonel Brizola e do PTB de Ivete Vargas. O gesto de Marchezan contou pontos positivos e preciosos, como investimento para o futuro. Ele consolidou, praticamente, o apoio dos 13 deputados do PTB e abriu caminho para ter como aliados importantes os 23 deputados do PDT.

Ao PMDB, que criou restrições à participação do PTB na Câmara, só lhe restou, como gesto de gratidão, a presença do PT em cargo suplente na Mesa — que já estava previsto na "fórmula Marchezan" de Mesa pluri-partidária — e na presidência da Comissão de Legislação Social.